

XXXII Encontro Anual da ANPOCS

GT 41: Transformações sociais e projetos políticos em
concorrência: reflexões a partir do "rural"

Campesinato: ensaio sobre a utilidade de um conceito
na atualidade brasileira

Heribert Schmitz

Caxambú (MG), outubro de 2008

CAMPESINATO: ENSAIO SOBRE A UTILIDADE DE UM CONCEITO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Heribert Schmitz¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é instigar o debate sobre o conceito do campesinato em comparação com os conceitos pequena produção e agricultura familiar utilizados para denominar as populações rurais que não são patronais, nem proletárias. Para isso, revisará diferentes autores destacando o papel dos mediadores na atribuição de significados aos mesmos no sentido político. São discutidas as especificidades de diferentes segmentos de produtores familiares para identificar um grupo que justifique o uso do termo campesinato. Observa-se hoje o uso simultâneo desses conceitos na literatura científica e na prática da pesquisa e extensão rural.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é instigar o debate sobre o conceito do campesinato em comparação com outros conceitos como pequena produção e agricultura familiar utilizados para denominar as populações rurais que não são patronais, nem proletárias (Porto & Siqueira, 1994; Wanderley, 1997; Moraes, 1998; Neves, 2006).² Cada um destes conceitos está associado a um contexto e ao papel que era relegado a estes atores nos diferentes modelos de desenvolvimento da sociedade brasileira, conforme discutido por Moraes (1998) e foi, cada um "na sua época", hegemônico nas análises acerca das populações agrárias no Brasil, congregando todos os segmentos da população rural que faz a gestão de um estabelecimento agrícola (sem ser necessariamente proprietário).³ No entanto, observa-se hoje o uso paralelo desses conceitos na literatura científica, em parte como sinônimos, assim como, na prática da pesquisa e extensão rural e nos projetos de desenvolvimento rural. Atualmente pode-se acrescentar a denominação produção familiar rural usada para categorias que não são apenas agricultores e exercem atividades nas

¹ Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia, área de Sociologia Rural, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA; Bolsista de Produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br

² Como Porto & Siqueira (1994) e Wanderley (1997) trato esses termos como conceitos (ver Mendonça, 1985; Turato, 2003:509).

³ A maioria dos autores concorda com a distinção entre a agricultura empresarial (ou patronal) e as unidades de produção camponesas (ou familiares) que "... são estruturas distintas dos empreendimentos capitalistas porque centradas na reprodução dos seus trabalhadores diretos" (Costa, 2000:114).

quais a agricultura é marginal (a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria ou o artesanato). A Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006)⁴ usa o termo "empreendimentos rurais" para caracterizar esses grupos que não vivem exclusivamente da agricultura.

Enquanto para a execução das principais políticas públicas existem definições operacionais relativas ao grupo alvo das mesmas, por exemplo, no contexto do Pronaf (Guanziróli, 2001; Brasil, 2006; Schneider et al., 2004), pode-se refletir mais livremente sobre o uso e as implicações de diferentes conceitos. A pergunta continua a mesma: como denominar a diversidade das populações agrárias não patronais e nem proletárias (Moraes, 1998)?

São utilizados três conceitos principais para denominar segmentos diferentes da população rural com conseqüências para a ação dirigida a eles.

A discussão dos conceitos utilizados para denominar segmentos no campo ganhou impulso com o surgimento do conceito agricultura familiar (ver Porto & Siqueira, 1994; Moraes, 1998), pois o campesinato e a pequena produção foram tratados como sinônimos e, muitas vezes, utilizados paralelamente. A principal diferença foi talvez a noção de luta relacionada ao campesinato. Hoje, um dos principais segmentos da população rural em questão são os assentados. São camponeses ou uma nova categoria social em formação (Machado & Demartini, 2008)?

As análises aqui realizadas são resultantes de extensa revisão de literatura sobre campesinato e agricultura familiar no Brasil e em outras partes do mundo, além da experiência do autor em trabalho com e sobre a agricultura familiar em diferentes países nos últimos 25 anos e da constante orientação de alunos em cursos de pós-graduação.

A ORIGEM DOS CONCEITOS

Os três conceitos, o campesinato, a pequena produção e a agricultura familiar, surgiram no Brasil de forma cronológica em função de diferentes modelos de desenvolvimento. Podemos então discutí-los sob dois ângulos (ver Neves, 2002):

- como conceito político no momento da sua emergência;
- como conceito analítico para descrever a categoria em questão.

A introdução dos termos como conceitos políticos foi fruto da atuação de agências mediadoras, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que criou o Bloco

⁴ A Lei 11.326 de 24.07.2007 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Operário e Camponês (BOC) em 1927 e as primeiras Ligas Camponesas nos anos 1940 e que, posteriormente nos anos 1950, teve influência no seu ressurgimento. Adversários como o governo militar (anos 1960), protagonistas do movimento social, líderes das organizações representativas da categoria (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGs, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, etc.), Universidades, organizações não governamentais (ONGs) e governos democráticos (anos 1990) tiveram uma contribuição importante no uso e na elaboração dos conceitos (Decca, 1992; Tronca, 1982; Azevedo, 1982; Medeiros, 1989, 2002). Quais os objetivos e impactos dessas construções?

Especialmente no Brasil, apenas nos últimos 50 anos, a população rural teve uma denominação unificadora através do conceito campesinato que identificamos em Prado Júnior (1953), seguindo uma pista indicada por Queiroz (1976:11). "Caio Prado Jr. foi talvez o primeiro a dar um lugar na paisagem social do meio rural brasileiro a esta camada que não podia ser incluída nem entre os fazendeiros nem entre os trabalhadores sem terra." No entanto, apenas 13 anos depois, o mesmo insistiu na necessidade de definir mais claramente o conceito, para distinguir os agricultores dos assalariados no meio rural. O último grupo, considerado como parte do proletariado, estava no cerne das preocupações do autor (Prado Júnior, 1966:204).

No início dos anos 60, a questão da "natureza das relações de produção dominantes na agricultura brasileira" tornou-se importante no âmbito do debate "feudalismo x capitalismo" pela emergência do movimento camponês, que se tornou um protagonista político através da atuação das ligas camponesas e sindicatos rurais, e pelas divisões que começaram a aparecer na esquerda brasileira. Isso num clima de "busca romântica de sociedades 'puras' - índios e camponeses" (Palmeira, 1983, citado por Miceli, 1995:99-100). "As palavras 'camponês' e 'capesinato' são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política.⁵ Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das

⁵ "Neste trabalho trato de diferentes formas de campesinato da sociedade brasileira, particularmente daquelas destituídas da propriedade da terra. Na concepção de camponês, não estou incluindo o trabalhador assalariado do campo" (Martins, 1986/1981:21).

lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta" (Martins, 1986/1981:21).

Antes da introdução desse conceito no debate acadêmico, "... um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas" (Martins, 1986/1981:21) que diferiram segundo a região e a condição do grupo, como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, sitiante, colono, posseiro, agregado, morador, foreiro, etc. Na Europa há mais de 500 anos já existia essa categoria, como por exemplo *Bauer* na Alemanha ou *paysan* na França. Nessa época, na Alemanha, os camponeses tentaram se libertar do domínio dos príncipes por meio das "guerras dos camponeses" (*Bauernkriege*), nas quais cerca de 300.000 pessoas se envolveram, dando visibilidade para esta categoria e suas reivindicações.

Atualmente, existem também outras expressões para distinguir esta categoria social no meio rural como produtor familiar rural, posseiro, trabalhador rural e outras expressões. Enquanto posseiro se refere apenas ao fato de alguém não ter o título da terra que administra (ver Guerra, 2001:17-18), o uso do termo trabalhador rural é muito ligado aos sindicatos que representam as pessoas que trabalham no meio rural. Na América Latina, o Brasil e o Paraguai são os únicos países, nos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores estão organizados conjuntamente para efeito de representação política. O nome "sindicato dos trabalhadores rurais" não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os que trabalham exclusivamente como assalariados na agricultura (por exemplo, diaristas, empreiteiros, bóias-frias, assalariados permanentes) são contratados, tanto pela agricultura empresarial, quanto pela agricultura familiar. Os conflitos sociais entre estas diferentes categorias são escamoteados pelo fato de todas elas serem representadas por um sindicato comum.

Como mostra Moraes (1998), os conceitos campesinato, pequena produção e agricultura familiar na época do predomínio de cada um no debate, tinham em comum o fato de descrever os mesmos segmentos da população rural. Assim, muitas vezes, foram usados como sinônimos.

O conceito **campesinato**, a partir da sua formulação original no Brasil nos anos de 1950, "incorporou a diversidade das populações agrárias" não-patronais e nem

proletárias, "conquista hegemonia na análise destas populações" e dá "unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra e tomando corpo como uma identidade política, fundamental às lutas agrárias neste contexto" (Moraes, 1998:123). O conceito camponês foi associado a um conteúdo político-ideológico e o conceito oposto foi o do latifúndio. Ao mesmo tempo que o camponês iniciou a sua luta por uma reforma agrária, o modelo oficial de desenvolvimento relativo a esta categoria foi o desenvolvimento de comunidade (ver crítica em Ammann 1997/1980). O conceito camponês continua hoje, como também em outros períodos no Brasil, como uma bandeira de ação política, como mostra a atuação das organizações ligadas à Via Campesina como o MST, o MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Wikipedia, 2008).⁶

O conceito **pequena produção** substituiu, a partir dos anos de 1970, o então hegemônico conceito de camponês. Está estreitamente ligado a transformações políticas do estado (ditadura militar) e à conseqüente "... desarticulação de vários movimentos organizados com base numa identidade camponesa" (Moraes, 1998:125). Foi o momento da criação da Embrapa, da implantação do modelo de transferência de tecnologia no Brasil e da modernização conservadora (ver Schmitz, 2001). Aparece a oposição entre pequena e grande produção, separados pela média produção. Nesta conceituação, a diferença era apenas o tamanho do estabelecimento e todas as categorias sociais no meio rural eram produtores e, assim, teoricamente suscetíveis a serem atendidos por programas governamentais. Este conceito contribuiu para uma despolitização do tema. O modelo oficial de desenvolvimento nesta época foi a transferência de tecnologia no âmbito da revolução verde, que desencadeou um processo caracterizado como modernização conservadora (ver Graziano da Silva, 1982).

Este conceito sugere algo pequeno, por exemplo, em termos de área do estabelecimento ou do valor da produção. Mesmo dando mais abertura a esta expressão, esta relação se estabelece facilmente. No entanto, como abordamos no primeiro capítulo deste artigo, estes critérios não correspondem à heterogeneidade de situações da

⁶ A Via Campesina foi criada em 1992 que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>; Acesso em 22.09.2008; Via Campesina (s.n.t.); Fernandes (2002:1).

agricultura que este termo pretende descrever. Nem sempre, a produção dos agricultores familiares é pequena como discutido por Abramovay (1992) e Guanziroli et al. (2001).⁷ Por isso, não acreditamos que este termo seja adequado como conceito analítico. Porém, reconhecemos que, na nossa experiência, esta expressão é a mais usada pelas populações rurais que se autodenominam de pequenos produtores rurais. O estudo das razões para o estabelecimento desta identidade pode ser revelador. Apesar de ser pouco útil, este conceito é utilizado paralelamente ao de campesinato por muitos autores com trabalhos reconhecidos nesta área, no entanto, sem defender explicitamente este conceito.

No entanto, como uma exceção Brondízio (2006: 201-202) recentemente propôs a construção de uma "nova identidade econômica para caboclos, assim como colonos, como pequenos agricultores. Na verdade, o autor afirma que gostaria de iniciar um processo de "reinterpretação do termo "camponês". Por causa dessa implicação, discutirei essa proposta posteriormente.

O conceito **agricultura familiar** está ligada à redemocratização do país, caracterizado por Neves (2002:137) como "uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político". Nesse debate as entidades contrastivas são a agricultura familiar e a agricultura patronal. A origem desse termo parece ser o âmbito francófono (França, Quebec) na metade dos anos 1980 e o debate depois do anúncio do fim do camponês (*paysan*) por Mendras (1967), ao mesmo tempo que se identificou uma nova categoria, a agricultura familiar (*agriculture familiale*). No entanto, em bibliografias anteriores usava-se já o termo exploração familiar agrícola (*exploitation familiale agricole*), mas sem necessariamente caracterizar algo diferente da agricultura camponesa (*agriculture paysanne*).⁸ Já em 1991, foi criado no Brasil o curso de Especialização em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Agro-ambiental (UFPA/NAEA/CAT) em cooperação com uma universidade francesa (UAG), bem antes da criação do Pronaf em

⁷ O valor médio da renda total por ano dos agricultores familiares tipo A, ou seja, daqueles que têm a maior renda num universo de 4 tipos de beneficiários (A, B, C e D), é maior do que o valor médio da renda total por ano dos agricultores patronais nas duas regiões, Norte (R\$ 12.855 vs. R\$ 11.883) e Nordeste (R\$ 10.555 vs. R\$ 9.891), e alcança quase a mesma dimensão no Brasil como um todo (R\$ 15.986 vs. R\$ 19.085) (Guanziroli et al., 2001:59, 78, 85).

⁸ HALLE, P. Défense économique de l'exploitation familiale agricole. *Congrès de la Confédération Nationale de la Famille Rurale*. Le Mans, 1951. MENDRAS, H. La fin des paysans. Paris: Éditions Sedes, 1967. LAMARCHE, H. Family farming in France. In: Galeski, B.; Wilkening, E. (eds.). *Family farming in Europe and America*. Boulder: Westview Press; Colorado: Frederick A. Braeger Publisher, 1987, p.193-217. MORISSETE, M. L'agriculture familiale au Quebec. Paris: L'Harmattan, 1987.

1996 identificado freqüentemente como ponto-chave da introdução do conceito no Brasil (ver Schneider et al.:21).⁹ É interessante que este termo e o debate quase não aparecem no mundo anglófono, nem germanófono, apesar da Alemanha, Austria e Suíça terem estabelecimentos agrícolas nesse sentido parecidos com a França.¹⁰ Ao contrário da situação no Brasil, todos os segmentos da população agrária da Alemanha reivindicam o termo Bauer, tanto a Associação de Ação de Agricultura Camponesa (*Aktionsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft* - ABL, membro da Via Campesina), que defende uma redução do uso de insumos químicos, a permanência dos agricultores no campo e a aliança com ambientalistas e consumidores, quanto a Federação Alemã de Agricultores (*Deutscher Bauernverband*), dominada pelos agricultores empresariais e predominante na representação dos diferentes segmentos dos agricultores (ver também Medeiros et al., 1994).

Wanderley (1997:10) confirma que "a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares". Esta diversidade torna necessário, a tipologia como um elemento da análise da exploração familiar agrícola. Assim, segundo Wanderley (1997), muitas das qualidades atribuídas ao campesinato caracterizam também a agricultura familiar que já foi tratada anteriormente.

Pode ser incorporada na agricultura familiar toda a população rural que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., mas não os trabalhadores sem terra antes de ser assentados e os trabalhadores da agricultura. A Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006) abre para mais categorias ainda como: silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores. O modelo oficial de desenvolvimento relativo a esta categoria é a integração ao mercado através do crédito (Pronaf) e da inovação tecnológica apoiada pela assessoria dos extensionistas (no caso ideal).

Entre os autores e organizações que defendem o conceito agricultura familiar como hegemônico, sem distinguir no interior da mesma um campesinato, podemos identificar Guanziroli et al. (2001), Veiga (1991, 2002), os "pesquisadores do NEAD" (Bombardi, 2002:6), agências de mediação como as Fetags, a Contag, a Fetraf e uma boa

⁹ O programa anterior foi criado ainda, em 1994, com o nome Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap).

¹⁰ É analisado a mudança do estabelecimento camponês familiar (*bäuerlicher Familienbetrieb*) e a transformação do estabelecimento familiar em estabelecimento de parceiros (o casal) ou até de "solitário" (o homem sozinho), no entanto não é tema de um debate maior (ver Streiffeler, 2004).

parte dos STRs (apesar do nome). O governo federal, a partir do lançamento do Pronaf em 1996 adotou esta posição que foi coroada com a Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006). A maioria das instituições, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e, em parte, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) adotaram o conceito. No entanto, a abordagem de empreendedorismo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nega na prática claramente o caráter familiar das unidades de produção. A sua posição é mais próximo do conceito de pequeno produtor, que continua também ainda numa parte dos pesquisadores da Embrapa (Ver Vasconcelos & Moreira, 2008).

A rápida emergência do conceito agricultura familiar sob amplo consenso e a sua predominância levou a uma visão predominantemente econômica e operacional frente às necessidades da aplicação de políticas públicas como o Pronaf, criticada por Neves (2002:135-137), que se recusa a "...reconhecer o termo agricultura familiar como conceito teórico", senão apenas como "categoria de ação política".

TRÊS VISÕES DO CAMPESINATO

Pelas considerações anteriores, atualmente não existe uma discussão conceitual em favor do uso do termo pequena produção, com exceção de Brondízio (2006) que apresenta argumentos para manter esse conceito ou iniciar um processo de "reinterpretação" do conceito campesinato. Como já mencionado, não acredito que o conceito pequena produção seja adequado para analisar os principais atores no campo, nem como conceito político para promover os interesses da categoria. Assim, a discussão dos conceitos concentra-se em seguida à problemática da diferenciação entre campesinato e agricultura familiar. Porto & Siqueira (1994:86) observam na sua análise, antes do uso mais freqüente do conceito agricultura familiar, uma "fragmentação empírica do objeto" cedendo "espaço a categorias empíricas (**barrageiros, sem terra, assentados**, etc.), construídos sobretudo, pelos próprios atores sociais protagonistas das situações a que estas se referem". Neste contexto, o surgimento da agricultura familiar contribuiu para fazer novamente um esforço de ter um conceito mais abrangente de caráter unificador, já referido como conceito-síntese.

Como anunciado no título e objetivo do artigo, colocarei o foco do debate no conceito do campesinato. Pela bibliografia analisada, pode-se distinguir três visões do

campesinato: para denominar a totalidade das populações rurais não patronais, nem proletárias (Grupo 1); para caracterizar um determinado grupo no universo dos agricultores familiares (Grupo 2); e para caracterizar toda população rural trabalhando na agricultura que não é patronal (Grupo 3). A maioria dos autores e organizações entende o campesinato no sentido dos grupos 1 e 2, poucos aderem ao grupo 3.

O campesinato como conceito hegemônico (Grupo 1)

Vários autores usam o conceito campesinato como hegemônico sem contrapor a outro conceito, por exemplo, agricultura familiar (ver Hébette, 2004; Costa, 2000; Carvalho, 2005). Como eles trabalharam há mais tempo com esta categoria, não sentem necessidade de alterar suas bases de análise. Nesse caso, pode-se constatar que o conceito agricultura familiar não trouxe nenhuma vantagem para estes autores em comparação com o conceito campesinato. Para afirmar esta posição pode-se citar Costa (2000:114): "Entendo por camponeses aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativa, agrícola e não-agrícola - desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação." Neste caso é interessante que ele inclui o trabalho extrativista e não-agrícola. No entanto, está excluído quem não tem acesso à terra, que seriam os sem terra ainda sem acesso à terra, os acampados e os assalariados do campo. Assentados, posseiros, meeiros, arrendatárias que gerenciam um estabelecimento ou uma parte da mesma de forma individual ou coletiva seriam incluídos, no meu entendimento. Muito clara é esta posição em Silva (2004:20), que pode ser considerado como alguém defendendo a posição de pelo menos uma parte do MST: "Assim, consideramos camponeses não apenas os trabalhadores que possuem terra, mas também os destituídos da posse de terra, como o parceiro, o meeiro, o posseiro e o arrendatário." ... "Assim sendo, quando aludirmos à agricultura familiar no texto, estamos nos referindo à produção camponesa." Silva não usa o conceito agricultura familiar, mas não diz que além do campesinato existe algo diferente das empresas capitalistas. Não inclui os trabalhadores assalariados, nem os acampados. Pode-se incluir nesta posição também Martins, mesmo com a maioria das obras publicadas antes da emergência do uso do termo agricultura familiar (por exemplo, Martins, 1986/1981).

Fica em aberto, se o debate anterior sobre a distinção entre "primitivos" e camponeses (ver Wolf, 1976/1966:13-16) ainda é relevante e como ficam os povos indígenas (que não são homogêneos nesse sentido, pensando por exemplo os Macuxi e os Yanomami em Roraima), os remanescentes de quilombos (ver Andrade, 2003) e outras populações tradicionais (por exemplo, as catadoras de mangaba; Mota et al., 2008).

O campesinato como parte de um universo maior (Grupo 2)

Podem-se enquadrar nessa posição os autores que entendem o campesinato como diferente da agricultura familiar. Nesse caso, o campesinato pode ser considerado como um segmento da agricultura familiar, como confirma Wanderley (1997:10): "... a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares". Para a autora, o campesinato tradicional é uma forma particular da agricultura familiar.

Revisando a literatura e as diferentes abordagens para analisar o campesinato, identifiquei provisoriamente diferentes olhares marcados pela primazia da relação com o mercado, do modo de vida e da luta. Existem ainda outros olhares orientados pela racionalidade camponesa, a cultura, a autonomia, a tradição, as relações de trabalho, o acesso à terra, o horizonte das gerações, as relações locais e com as personalidades de prestígio (os mediadores), a solidariedade e a reciprocidade, o saber local, a diversificação, a relação com a natureza, a relação com o estado e a sociedade envolvente, interligados entre si. Privilegio nesse artigo os mais frequentes.

Tipo 1: Relação com mercado

Vários estudiosos determinam a relação com o mercado como divisor entre campesinato e agricultura familiar, a exemplo de Lamarche (1993:18-19) que afirma: "... nossa reflexão acerca da exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração na economia de mercado."¹¹ Também para Abramovay (1992:24) "... são camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma *inserção parcial em*

¹¹ "É claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sócio-cultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação" (Lamarche, 1993:19).

mercados incompletos.¹² Essa afirmação poderia caracterizar o camponês como produtor de uma agricultura de subsistência vendendo apenas o excedente. No entanto, essa posição pode ser questionada a partir do fato de que mesmo as populações tradicionais, muitas vezes, durante vários séculos, produziram para a exportação e adaptaram-se de forma flexível às estratégias do mercado mundial, como mostra Homma (2001) na Amazônia.¹³ Lamarche (1994:270, citado por Wanderley, 1997:17) não reduz o camponês a um agricultor de subsistência: "Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar." Wanderley (1997:17) afirma também que "A agricultura camponesa não se identifica simplesmente a uma agricultura de subsistência ..." e que estes agricultores se orientaram na "...busca de ... produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado", sendo a "... dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – ... fundamental para a constituição do ... 'patrimônio socio-cultural' do campesinato brasileiro" (Wanderley, 1997:27).¹⁴

O critério "grau de integração ao mercado" é criticado por vários autores como Fernandes (2002) e Costa (2000), que se distancia da conceituação de Ellis (1993/1988). "Tal distinção por não se assentar em qualquer aspecto de *natureza*, mas se ancorar em características presentes em *formas* de existência da produção familiar rural, produz tanto equiparações quanto diferenças indevidas. ... Diferentemente desta, a nossa proposição da centralidade da reprodução na percepção da especificidade camponesa permite diferenciar de forma vigorosa a unidade camponesa de outras estruturas presentes no agrário das sociedades capitalistas, em particular, a empresa capitalista ... Pois a integração do produto do trabalho camponês ao mercado '... nem sempre é, mas sempre poderá vir a ser parcial' (Costa, 1995) ... campesinato supõe mercado" (Costa, 2000:114-118). Lembro que Costa defende o conceito hegemônico do campesinato.

¹² Veiga (1991:190-193) se pronuncia cautelosamente sobre esta questão, dizendo, que: "Esta distinção, estabelecida por Friedmann, foi desenvolvida, sob o prisma econômico, por Ellis (1993/1988:11-2) e aprofundada, sob o prisma sociológico, por Abramovay" (1990). Ver Friedmann (1980:164).

¹³ A economia da Amazônia atendeu desde 1730 a demanda externa em diferentes ciclos: primeiro cacau, depois borracha, pau-rosa (para perfume), castanha-do-pará (ou castanha-do-Brasil), juta, pimenta-do-reino, madeira de lei tropical, guaraná, etc.

¹⁴ Vale lembrar uma das primeiras aplicações da tipologia de agricultores realizadas no Brasil para todo o universo no Paraná pelo IAPAR (Chang & Sereia, 1993) que distinguiu os grupos segundo a integração no mercado e a tecnologia usada: a) Produtores de subsistência; b) Produtores simples de mercado; c) Produtores empresários familiares; d) Produtores capitalistas não tecnificados; e) Produtores capitalistas tecnificados.

Bombardi (2002:1-4) critica também a posição de Abramovay: "Percebe-se ... que está se forjando um conceito por meio de uma classificação que toma em consideração o aspecto externo e mais visível do modo como os agricultores relacionam-se com a sociedade de mercado. ... Tendo em vista esta reprodução do campesinato no capitalismo, fica evidente a sua permanente relação com o mercado, ou seja, a produção camponesa não se dá de forma isolada". "Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado - sabemos que o mercado sempre fez parte da vida camponesa - esta relação é o meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida. Se assim não fosse, após diversos anos de sucessivos 'prejuízos' os camponeses venderiam a terra e deixariam de ser camponeses, como o caminho apontado por Lamarche (1993)" (Bombardi, 2002:6). Nesta última parte refere-se à "... transformação do camponês em agricultor familiar ... numa perspectiva evolucionista", criticado por Fernandes (2002:3).

Neste tipo entram também as questões investimento e tecnologia, além de, conseqüentemente, crédito e moto-mecanização. Shanin (1996:56) identifica um processo de "'afazendamento', quando o trabalho da família continua a ser a principal unidade de produção agrícola, ao mesmo tempo em que seu caráter altera. Esta evolução de 'camponês para fazendeiro'¹⁵ está ligado a investimentos maciços, o que amarra a agricultura em família a uma economia capitalista, através de crédito, implementos e vendas, em geral organizados por empresas agrícolas". Esta evolução é também relacionada "à especialização e ao 'estreitamento' do perfil ocupacional dos agricultores, tornando-os mais afins com as populações urbanas."

Tipo 2: Modo de vida

Segundo Redfield (1956:25), "a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico em si... (sendo)... uma organização da humanidade com semelhanças em todo o mundo", o que justifica identificar com Fei (1946) o camponês como um "modo de vida" (ambos citado por Shanin, 2005:2)¹⁶ Segundo Shanin (2005:3) "... a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja,

¹⁵ Lamarche (1998:305-313) identifica modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção: empresa; empresa familiar; agricultura familiar moderna e agricultura camponesa ou de subsistência. Neste modelo seria a transição para a agricultura familiar moderna ou a empresa familiar.

¹⁶ REDFIELD, Robert, *Peasant Society and Culture*, Chicago University of Chicago Press, 1956, p. 25; FEI HSIU-TUNG, "Peasants and Gentry", in *American Journal of Sociology*, 52: 1-17, 1946.

trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional"

Para Bombardi (2002:4) uma das três questões fundamentais para compreender o conceito de campesinato está "... no que poderíamos chamar de uma ordem moral camponesa ... associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo ... todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros". A autora se refere à *economia moral* de Thompson¹⁷ e à concepção de agricultor familiar afirmando "... que é inútil tentar enxergar neles uma visão empresarial, quando todo o universo de valores camponês está imerso numa concepção holística de mundo. ... Muito embora parte do campesinato esteja altamente "tecnificado" ... a lógica que lhes preside a vida não é a lógica da sociedade de mercado. (Bombardi, 2002:6). Critica ainda a imputação de "... uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos". (Bombardi, 2002:9) Esta última crítica vale também para a abordagem do SEBRAE, que nos seus cursos não reconhece o caráter familiar da unidade de produção.

Se "os camponeses são guiados por uma lógica que se inscreve no plano moral" (Bombardi, 2002:4), até que ponto isso vale também para os agricultores familiares e onde fica o divisor entre as duas categorias?

Tipo 3: Luta

Entre os que defendem essa posição encontra-se Fernandes (2002:4) que está próximo de posições da Via Campesina: "No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra ... Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra." Ele se distancia, especialmente, de Abramovay (1992). "No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das

¹⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (Fernandes 2000:279-280)¹⁸ (Fernandes, 2002:4).

Silva (2004:19), como Fernandes defendendo o conceito camponês como hegemônico, apoia esta visão: "Assim, o camponês brasileiro, vitimado pelas alterações do capital, torna-se força motriz das mudanças sociais no campo." Mais enfático nesta posição é Bombardi (2002:4): "... entendo que há três questões fundamentais nesta análise no sentido da compreensão do significado de trabalharmos com o conceito de camponês ... A segunda está no plano político, da luta camponesa pela terra, que é tão atual quanto antiga ..." Pergunta-se, se vale só quem luta pela terra ou pelo socialismo, e não quem se engaja por um preço melhor do leite, contra a concorrência desigual, como pode ser observado atualmente no caso dos agricultores familiares da Europa, etc. Além de questionar se há atualmente uma proposta séria relativa ao socialismo.¹⁹ É importante destacar o papel do MST, a maior organização de pobres no mundo,²⁰ e das outras organizações dos agricultores e dos outros movimentos dos sem-terra no Brasil que tornaram possível pensar na escolha da luta como critério de distinção.

Este critério se distingue completamente da "posição de 'subalterno'" identificado por Shanin, que é "o domínio do camponês por elementos de fora" como uma de quatro facetas interdependentes do camponês. Exclui explicitamente dos camponeses "de verdade" que são "mantidos afastados das fontes sociais do poder", os "camponeses 'não-incorporados', comunidades camponesas penetradas e controladas apenas em grau limitado pelos sistemas "nacionais" do estado ... no passado, geralmente ... armado e independente" (Shanin, 1996:55-56), numa situação contrário da "situação oprimida" (Shanin, 2005:5). A subordinação foi um critério importante também para Ellis (1993/1988:6). Esta opressão levou a atitudes típicas de populações dominadas por externos como: a resistência, uma certa expertise em desenvolver estratégias para escapar das pressões. Vale lembrar que o poder é uma relação mútua, mas não equilibrada que, no entanto, pode existir apenas se há algo para trocar. Permite a um dos atores tirar mais vantagem que o outro, mas nunca entrega totalmente um ao outro (Crozier & Friedberg, 1993: 40-41). Esta visão pode contribuir para aproximar estas duas

¹⁸ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

¹⁹ Segundo Fernandes (2002:2) "Há dois pontos essenciais em seus documentos que aproximam a Via Camponesa e a FETRAF-SUL: a luta contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e pela construção do socialismo (FETRAF-SUL, 2001)."

²⁰ Recruta até as populações "lumpen", os mais desprivilegiados que segundo os estudiosos não poderiam ser organizados para ações em favor da melhoria da sua situação (ver Martins, 2003:35).

posições, por um lado, relativizar um certo triunfalismo frente às lutas ("... os camponeses no Brasil têm tomado a rédea de seu destino ao ocuparem as terras do país ..."; Bombardi, 2002:4) e, por outro, evitar a transformação do camponês em vítima (Villareal, 1992: 255-258).

O campesinato como trabalhadores rurais no sentido amplo (Grupo 3)

Esta posição é defendida por Horácio Martins de Carvalho que poderia ser considerado num determinado momento como porta-voz do MST e das organizações reunidas na Via Campesina (2006:1): "Compreendo como camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas de reprodução social a partir da produção rural, de tal modo que não se diferencia aqueles que decidem o que e como fazer (família) daqueles que usufruem o produto de seu trabalho". Nesse sentido, o autor se refere também a Francisco de Assis Costa. No entanto, amplia o conceito incluindo "... também, os camponeses-proletários: os assalariados permanentes e temporários, assim como os trabalhadores rurais sem terra acampados" (Carvalho, 2006:1). Neste caso, a agricultura familiar poderia ser considerada um segmento do campesinato amplo. Em comparação com uma publicação anterior (Carvalho, 2005), na qual integra os argumentos de Costa (2000) e define como camponês apenas quem gerencia um estabelecimento agrícola, os povos da floresta "camponeizados" e os extrativistas (Carvalho, 2005:384-385), o autor amplia agora o universo daqueles que constituem o campesinato.

Nesta posição podem-se enquadrar também todos que utilizam o termo trabalhador rural sem distinguir entre agricultores e assalariados (diaristas, empreiteiros, assalariados permanentes, etc.), duas categorias com relações diferentes com o capital (com uma possível exceção: distinção entre assalariados do campesinato e das empresas capitalistas no campo).

CONCLUSÕES

Podemos concluir que existem diferentes maneiras de construir o conceito do campesinato. Isso pode significar que a mesma população é vista através de diferentes olhares. Por outro, pode significar que o universo e o contexto considerados se modificam. Quem entende camponês apenas através da luta, não inclui o subordinado que não luta - e vice-versa. Para Shanin, a população controlada apenas em grau limitado

pelo estado, que no passado, geralmente, era armado e independente, não seriam "verdadeiros" camponeses. Esses podem ser comparados aos sem-terra no Brasil que conquistam uma fazenda?

No entanto, uma parte desses assentados foram recrutados nos bairros pobres, a exemplo de uma mulher militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Urbanos (MSTU) do bairro Guamá em Belém-PA que tenta sobreviver com trabalhos não-agrícolas no Assentamento Paulo Fonteles na Ilha de Mosqueiro (Município de Belém). Ela pode ser considerada como orientada pelo modo de vida camponês ou um ethos camponês? Ela pode seguir uma ordem moral diferente da predominante, mas não necessariamente cunhada pela socialização no campo. Como militante pode-se sentir co-responsável pelos outros, mas por decisão individual. As mentalidades e os costumes não são iguais aos camponeses analisados por Woortmann (1990) e Woortmann (1995).

Onde estão os divisores? Não pretendo discutir quais os limites, por exemplo, para o grau de integração ao mercado. Este debate já foi feito, a exemplo por Ellis (1993/1988:10-12). No entanto, o camponês que está dentro das margens identificadas pelos adeptos desse critério é o mesmo da luta? Roy (2002) estudou dois agricultores na mesma localidade perto de Marabá-PA, ambos bem sucedidos (um tem 45 vacas leiteira que produzem 180 litros de leite por dia, o outro tem 120 cabeças de boi). Um segue claramente uma lógica econômica mercantil, o outro é orientado por uma lógica considerada camponesa, valorizando a família, a sustentabilidade ecológica e constituição do patrimônio familiar. No entanto, os dois são integrados ao mercado. O fato de manter uma parte da produção para a subsistência ou não, caracteriza um como camponês e o outro como agricultor familiar com espírito empresarial?

Assim, deve-se partir do pressuposto que existem recortes diferentes no universo dos camponeses em função da definição do conceito. Os três grupos e os tipos indicam segmentos diferentes. Isso torna necessário identificar, qual a compreensão do conceito campesinato e a qual grupo ou tipo (ou modelo) de camponeses está se referindo. Recomenda-se nesse debate uma certa cautela na distinção entre autores que tratam a realidade brasileira e os que tentam elaborar uma proposta conceitual para o universo dos camponeses no mundo.

No processo de mudança do uso dos conceitos, especialmente no que se refere à agricultura familiar, "tem destaque a contribuição dos mediadores técnico-políticos" que correspondem às exigências do diálogo com os porta-vozes do estado, os agentes

mediadores que são "instituições que operam como barco capaz de levar seus passageiros-marinheiros a vários portos" (Neves, 2002:149-150). Também Brondízio (2006:201) chama a atenção para o fato "... como o contexto político influencia o tipo de abordagem utilizada para designar populações rurais; por exemplo novas demandas e agendas de conservação têm levado a um aumento do uso do conceito e termo 'população tradicional' (tal como adotado na legislação e programas de conservação)." E Marques (2002:1) afirma ainda que os "... conceitos com os quais trabalhamos não são de forma alguma neutros."

Discuto em seguida algumas possibilidades quanto ao uso do conceito camponês. Uma das vantagens do conceito é a sua independência das relações de trabalho e vida, sejam elas familiares, coletivas ou "solitárias" (o homem sozinho).²¹ Existem aqueles que não são apenas agricultores e exercem atividades nas quais a agricultura é marginal ou inexistente, por exemplo, a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria, os horticultores ou o artesanato.²² O conceito camponês abre mais facilmente espaço para esta população rural e pode-se estender às populações tradicionais. Além de facilitar a integração dos sem terra, temporariamente sem acesso à terra, mas com o desejo ou a vocação de ser agricultor, numa fase de transição. O camponês é um ser, não o exercício de uma atividade ou profissão; ao contrário do pequeno produtor e do agricultor familiar.

No entanto, o conceito camponês traz também "... conjecturas negativas e ocultas ... , quando utilizado por grupos políticos e econômicos que definem políticas de desenvolvimento, e mesmo pela população" afirma Brondízio (2006:201-202) citando uma revisão do camponês latinoamericano. Refere-se também a Netting (1993),²³ um pesquisador das agriculturas tradicionais como estas que existem há séculos nos Alpes da Suíça (ver Ostrom, 1990), que "... evita o uso do termo 'camponês' devido a conotações negativas vinculadas ao conceito e faz uso do conceito de 'pequenos proprietários' (e 'pequenos produtores' neste contexto) contribuindo para uma identidade sócio-econômica mais positiva dos produtores rurais de menor escala". Por isso, Brondízio propôs a construção de uma "nova identidade econômica para caboclos, assim como colonos,

²¹ Ver a contribuição de Neves (1995:34) "... para relativização do peso imposto aos valores familiares na produção ..."

²² Para uma parte dessas categorias é utilizado na Amazônia o termo produção familiar rural. Porém, esta problemática não está restrita à Amazônia.

²³ Netting, R.M. *Smallholder, householders: farm families and the ecology of intensive, sustainable agriculture*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

como pequenos agricultores". Critica ainda a "... falta de reconhecimento da agricultura de pequena escala, principalmente, indígena, da sua natureza sofisticada, da agrodiversidade, da produtividade e da resiliência." (Brondízio, 2006:201; ver ainda a questão da distinção entre "camponeses e primitivos" em Wolf, 1976/1966:13-16).

A vantagem do conceito agricultura familiar é a sua associação com uma agricultura moderna e a intervenção do estado (fatos que são rejeitados por outros autores porque levam a uma maior inserção no mercado). O termo agricultor pode se relacionar facilmente com várias situações como ser familiar, *part-time* (agricultura em tempo parcial), etc.. A agricultura familiar tem como conceito oposto a agricultura patronal que inclui a agricultura empresarial e uma agricultura nos moldes do latifúndio (denominado na tipologia do IAPAR de produtores capitalistas não tecnificados, por exemplo, criadores de gado extensiva sem investimentos). O antigo conceito oposto do campesinato, o latifúndio, perdeu força.

Os próprios agricultores podem se identificar talvez mais facilmente como agricultores familiares do que como camponeses, como mostra a experiência de mais de 50 anos (com a interrupção pela ditadura militar). Mesmo assim, a denominação mais utilizada pela própria categoria é ainda pequeno produtor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. 275p.

AMMANN, S.B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 9.Ed. São Paulo: Cortez, 1997. 211p. <Primeira Ed. 1980>

ANDRADE, M.P. De pretos, negros, quilombos e quilombolas - notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como *remanescentes de quilombos*. *Boletim Rede Amazonas*, Rio de Janeiro, Belém, ano 2, n.3, 2003, p.37-43.

AZEVEDO, F.A. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145p.

BOMBARDI, L.M. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: *Anais. XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: 2002. CD.

BRASIL. Lei no.11.326 de Julho de 2006. Agricultura Familiar. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRONDÍZIO, E.S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: Adams, Cristina; Murrieta, Rui; Neves, Walter (Orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p.195-235.

- CARVALHO, H.M. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 405p.
- CARVALHO, H.M. Quem são os camponeses e as camponesa? Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC. *Encuentro Masivo de Formación de Militantes del Cono Sur*. Asunción, 8 a 12 de octubre de 2006. 4p. mimeografado.
- COSTA, F.A. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2000. 355p.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *Die Zwänge kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation*. Trad. E. Friedberg; S. Stelzer. Hain, Frankfurt a.M., 1993. 391p. <Original: L'acteur et le système. Paris: Édition du Seuil, 1977>
- DECCA, E.S. *1930 - O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 5.Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. 209p. <Original: 1981>.
- ELLIS, F. *Peasant Economics. Farm households and agrarian development*. 2.ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. 309p. <Original: 1988>
- FERNANDES, B.M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: *Anais. XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: 2002. CD.
- FRIEDMANN, H. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. *The Journal of Peasant Studies*, 7 (2), p.158-184, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 192p.
- GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.
- GUERRA, G.A.D. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA / NAEA, 2001. 169p.
- HÉBETTE, J. *Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. 1430p.
- HOMMA, A.O.K. Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. In: *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 4, 2001, Belém. SBSP, Belém, 2001. CD.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol.1. Uma realidade multiforme. Trad. Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 336p.
- MACHADO, V.; DEMARTINI, Z.B.F. O desaparecimento do campesinato e uma nova categoria social em formação: os trabalhadores rurais assentados. mimeografado. <Acesso 17.09.08>
- MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: *Anais. XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: 2002. CD.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3.Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986. 131p. <Original: 1981>

- MARTINS, J.S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 238p.
- MEDEIROS, L. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989. 216p.
- MEDEIROS, L. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. 127p.
- MEDEIROS, L.; PACHECO, M.E.; LEITE, S. *Agricultura familiar e desenvolvimento democrático: notas de uma viagem à Alemanha*. Rio de Janeiro: IBASE, Pão para o Mundo, 1994. 66p.
- MENDONÇA, N.D. *O uso dos conceitos: uma tentativa de interdisciplinaridade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 176p.
- MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, Fapesp, 1995. 558p.
- MORAES, M.D.C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. *Raízes*, Campina Grande, no.17, p.121-134, jun. 1998.
- MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR., J.F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.46, n.1, p.121-143, jan./mar. 2008.
- NEVES, DP. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*, v.25, n.2 e 3, p.21-36, maio/dez. 1995.
- NEVES, D.P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (orgs.). *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133-159.
- NEVES, D.P. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* Niterói; UFF, 2006. 37p. mimeografado.
- OSTROM, E. *Governing the common. the evolution of institutions for collective action*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.
- PORTO, M.S.G; SIQUEIRA, D.E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v.6, p.76-89, 1994.
- PRADO JÚNIOR, C. *A evolução política do Brasil e outros estudos*. 2.Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957. 264p.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966. 332p.
- QUEIROZ, M.I.P. *O campesinato brasileiro*. 2.Ed. Petrópolis: Vozes, 1976. 242p. < Primeira Ed. 1973>
- ROY, G. A Agricultura Familiar nas Frentes de Colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, Vol.1., No.3., p.81-107, 2002.
- SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: Simões, A.; Silva, L.M.S.; Martins, P.F. da S.; Castellanet., C. (orgs.) *Agricultura*

familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA, GRET, 2001. p.39-99.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.21-49.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n.7, p.1-21, jul./dez. 2005. [Original: A definição de camponês: conceituações e desconceituações. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.26, 1980, p.43-80.]

SHANIN, T. Campesinato. Verbete. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX.* Trad. E.F. Alves, Á. Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996, p.54-57. <Original: 1993>

SILVA, É.N. *Formação e ideário do MST.* São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2004. 143p.

STREIFFELER, F. *Sozialer Wandel im ländlichen Raum: agrarsoziologischer Teil.* Berlin: HUB, 2004. 84p.

TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta.* 6.Ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 101p. <Original: 1982>.

TURATO, E.R. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003. 685p.

VASCONCELOS, E.M.; MOREIRA, R.J. Pesquisa agropecuária para agricultura familiar: o difícil ajuste de um débito. In: *Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 3. Anais. Campina Grande: UFCG, 2008. CD.

VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991. 219p.

VEIGA, J.E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula.* Campinas - SP: Editora Autores Associados, 2002. 304p.

VILLAREAL, M. The poverty of practice. In: LONG, N; LONG, A. (eds). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development.* London: Routledge, 1992, p.247-267.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E.D., MOTA, D.M.; IVO, W.M.P.M. (Eds.). *Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe*, 2, 1997, Aracaju-SE. Agricultura familiar em debate - Anais. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997, p.9-40.

WIKIPEDIA. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Campesina] Acesso em 22.09.2008.

WOLF, E.R. *Sociedades camponesas.* 2.Ed. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150p. <Original: Peasants. 1966>

WOORTMANN, E.F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste.* São Paulo: Editora Hucitec, 1995. 336p.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Tempo Brasileiro, 1990, p.11-73